



Anais da Assembleia

N° 107

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE SETEMBRO DE 1990

ANO XV

4.^a **SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA**
ATA DA 77.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 1990.

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Algaci Túlio e Luciano Pizzatto.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, José Alves, Leonidas Chaves, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nilton Barbosa, Raul Lopes, Valderi Mendes Vilela (28). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Werner Wanderer, Acyr Mezzadri, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Eduardo Baggio, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, João Arruda, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nereu Carlos Massignan, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos e Vera Agibert (26).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder do PFL, indico os Senhores Deputados para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito que estu-

dará possíveis irregularidades na Secretaria de Estado da Saúde, respectivamente titular e suplente:

- Deputado Leonidas Chaves (titular)
- Deputado Basílio Zanusso (suplente).

Sala das Sessões, em 11.09.90.

(a) JOÃO ARRUDA

Líder do PFL.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de líder PTB, indico os Senhores Deputados para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito que estudará possíveis irregularidades na Secretaria de Estado da Saúde.

- Titular: Luiz Antonio Setti

- Suplente: José Alves

Sala das Sessões, em 11.09.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

respondendo pela Liderança do PTB

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2193

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei n°s 438, 440 e 441/90, bem como para o Projeto de Resolução n° 096/90, itens 13, 14, 15 e 19, respectivamente, da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 11.09.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2198

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa de discussão e votação da Redação Final para os projetos aprovados em 3.^a Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 11.09.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO.

REQUERIMENTO N° 2194

Senhor Presidente.

O Deputado que presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei n° 434/90, que

estabelece critérios para o recolhimento de ICMS simplificado pelas micro e pequenas empresas.

Sala das Sessões, em 11.09.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2195

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 447/90, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná "post mortem" ao Deputado Mário Batista de Barros.

Sala das Sessões, em 11.09.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2196

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 480/90, que altera a Lei n° 9302, de 19.06.90, que criou o Município de Guaraituba.

Sala das Sessões, em 11.09.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 2200

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja formulada homenagem ao jornalista Renato Schaitza, por ocasião do Dia da Imprensa, comemorado nesta data.

Sala das Sessões, em 11.09.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A trajetória da imprensa brasileira parece ter sido muito bem descrita no jornal Folha de São Paulo, desta data, que transcrevemos a seguir:

"O primeiro jornal brasileiro, o Correio Brasiliense, já nasceu exilado. Teve que ser editado em Londres, para fugir à previsível censura do Império.

Mais de um século e várias "repúblicas" depois, jornais e jornalistas brasileiros ainda não têm o que festejar, ao se comemorar, hoje, o Dia da Imprensa.

No papel, a mais recente das Constituições brasileiras, promulgada em outubro de 1988, sepultada a hipótese de que algum jornal tenha que ser editado do exílio.

"Nenhuma lei conterà dispositivo que

Curitiba, terça, em 11.09.90

possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística, em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no artigo 5º", diz o parágrafo 1º do artigo 220 da Constituição em vigor. O artigo 5º é o que trata "dos direitos e deveres individuais e coletivos" e é unanimemente considerado um dos capítulos mais liberais da Constituição.

Na prática, entretanto, nem tudo é tão liberal, prova-o o fato de que, uma semana depois da posse de Fernando Collor de Mello, o primeiro presidente livremente eleito em 29 anos, agentes da Polícia Federal invadiram, dia 23 de março, o prédio da empresa Folha da Manhã S/A, que edita a Folha. A pretexto de investigar supostas, mas inexistentes, irregularidades contábeis, detiveram dois diretores e a secretária da Diretoria em uma ação cuja truculência lembrou os anos mais difíceis do Regime Militar.

Quando não é uma ação policial, são procedimentos jurídicos adotados pelo Governo que contradizem a letra e o espírito liberais da Constituição.

A Folha enfrenta dois processos movidos pelo Governo Federal. Um se refere ao noticiário sobre a contratação sem licitação de agências de publicidade para fazer campanhas para organismos do Governo. O outro é uma seqüela da invasão de março: o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, sentiu-se injuriado pelo noticiário do jornal a respeito da entrevista coletiva concedida no Rio, na qual se referiu à invasão.

Dias antes da invasão da Folha, a Polícia Federal havia apreendido 60 exemplares de um livro editado pela Editora Tama, que relatava o funcionamento dos chamados "paraísos fiscais". É difícil conciliar esse tipo de truculência com o artigo 220 da Constituição.

Na prática, o Governo trocou de armas, mas não necessariamente de estado de espírito. De 1968 a 1975, o regime militar impôs a censura prévia e iniciou a emissão do que se tornaria, com o tempo, uma lista de assuntos e personalidades proibidos. Tudo parecia estar sob a égide de uma suposta segurança nacional, que decepou informações sobre um surto de meningite em São Paulo (1971) e decretou que não se fizesse "nenhuma referência contra ou a favor do Cardeal Dom Helder Câmara", então Arcebispo de Olinda e Recife (1972).

Hoje, a censura prévia não existe, mas existe uma Lei de Imprensa anacrônica, filha direta e dileta do autoritarismo, que impede, por exemplo, a chamada prova da verdade contra o Presidente da República.

A folha ficaria em tese impedida de demonstrar que a Presidência da República contratou, sem licitação, agências de

publicidade para fazer campanhas da PETROBRÁS, da Caixa Econômica Federal e outras estatais.

Em termos de risco físico, é evidentemente melhor o uso de recursos jurídicos, ainda que anacrônicos, do que o recurso às armas, como se fez entre 1970 e 1978, período em que 15 jornalistas foram mortos sob torturas, fuzilados, ou estão, ainda, na lista dos 125 "desaparecidos" compilada no livro "Brasil, Nunca Mais".

Mas, em termos de costumes democráticos, a diferença acaba não sendo tão imensa assim.

Estes, alguns dos percalços colocados no meio do caminho da imprensa no Brasil. Os mais duros com certeza - mas não os únicos.

A imprensa é feita de muita luta, muito suor, muita briga, muita alegria, mas, também, muita decepção.

O homem que faz a imprensa é um artista, vai tecendo o argumento, a palavra, a imagem, a informação e faz a notícia.

Costuma-se dizer que é pelo grau de desenvolvimento dos meios de comunicação que se mede o grau de evolução de um povo. D'Onde inferimos, que o homem de imprensa é o verdadeiro revelador da fotografia da sociedade.

É um homem de imprensa que revela a forma do povo, do poder, da ideologia.

A imprensa é grande, nas suas muitas facetas, é sempre necessária, é corolária forçada da liberdade.

Aliás, a liberdade de imprensa é essencial poderia ser chamada até de condição "sine qua non", das demais liberdades. Assim, é difícil estender, neste dia, uma homenagem a todos que fazem a imprensa, porque são sempre muitos, e muitos não aparecem na notícia.

Mas escolhemos uma figura para sintetizar a imagem que achamos que a imprensa tem ou que, pelo menos, gostaríamos que ela tivesse: Renato Schaitza. Com um sobrenome consonantal pouco simples, mas usuário de um discurso leve, simples e refinado.

Sem dúvida alguma, na figura de Renato Schaitza, encontramos o ponto ideal para descansar nossas palavras no DIA DA IMPRENSA.

Havendo começado em outubro de 1959, no Jornal Correio do Paraná, Renato Schaitza constituiu-se num baluarte da nossa imprensa do Paraná. Fez das suas matérias uma voz firme pela liberdade de imprensa.

Conquistou grande respeito e prestígio graças à sua inteligência, perspicácia, vivacidade, verdadeiro talento e imparcialidade.

Renato Schaitza - costuma-se dizer - já fez de tudo: escreveu desde matéria po-

licial até política, onde sem dúvida alguma, revelou-se como um dos maiores articulistas de toda a história da imprensa do Paraná.

Escreveu para a Última Hora, Correio de Notícias e o Estado do Paraná, onde decidiu, há poucos dias, se aposentar. Não escreve mais diariamente, mas também não nos privou de, esporadicamente, descansar e pensar pelas suas belas linhas.

Por isto, pelos trabalhos que prestou por mais de trinta anos na imprensa do Paraná, no Jornal, na Televisão, Renato Schaitza, é o centro da nossa homenagem no Dia da Imprensa.

Que do presente se dê ciência ao homenageado, a todos os Deputados Estaduais, aos Vereadores de Curitiba, ao Senhor Prefeito de Curitiba, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Secretário da Comunicação Social e ao Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Estado do Paraná.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 481/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedida uma pensão equivalente a dois (02) salários-mínimos, à Senhora Maria Luíza Petry, viúva do ex-Prefeito Municipal de Palmas-Pr.

Art. 2° - A pensão a que se refere o artigo anterior deixará de ser devida, caso a beneficiária venha a contrair novas núpcias.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.09.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente. Nem no Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PT se fará uso do seu horário.

Declina.

PL.

Declina.

PDS.

Declina.

PDC

Declina.

PFL

Declina.

PTB

Declina.

PRN

Declina.

PDT.
Declina.
PSDB
Declina.
PMDB
Declina.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 28 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PTB, (respondendo pelas Lideranças do Partido), constante do expediente, indicando os Senhores Deputados para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito, que estudará possíveis irregularidades na Secretaria de Estado da Saúde. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado João Arruda, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito que estudará irregularidades na Secretaria de Estado da Saúde. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitamos preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei n°s 438, 440 e 441/90, bem como o Projeto de Resolução n° 96/90, itens 13, 14, 15 e 19, respectivamente, da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de votação de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, acima aprovado:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 438/90, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n° 153/90), que fixa os níveis de vencimentos dos cargos efetivos pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério Estadual, a partir de 1° de setembro de 1990, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 440/90, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n° 155/90), que altera a partir

de 01.09.90, as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos do Quadro Geral do Estado, instituído pela Lei n° 7424, de 17.12.80, bem como dos salários do pessoal regido pela consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Com EMENDA DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de 3.^a Discussão à Emenda Substitutiva Geral de 2.^a Discussão, de autoria dos Senhores Deputado Erondy Silvério, Luciano Pizzatto, Algaci Túlio e Nelson Vasconcellos, nos seguintes termos:

SUBEMENDA ADITIVA DE 3.^a DISCUSSÃO À EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE 2.^a DISCUSSÃO AO PROJETO DE LEI N° 440/90

Art. 1° - O Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura TC-1500 deixa de pertencer à sistemática constante da Lei n. 7122 de 26 de abril de 1979, passando a ser regida na forma de Lei n. 7424 de 23 de dezembro de 1990, complementada pela Lei n. 7560 de 28 de dezembro de 1981, ficando, em consequência, transferidos os números de cargos das carreiras correspondentes, ressalvados os direitos adquiridos.

Parágrafo Único - Os ocupantes dos cargos constantes da Lei n. 7122 de 26 de abril de 1979, ficam enquadrados no Padrão I da Tabela I do Anexo II da Lei n. 7424 de 23 de dezembro de 1980, de acordo com a seguinte correspondência: os da 1.^a classe ficam enquadrados na referência 11; os da 2.^a classe ficam enquadrados na referência 9; os da 3.^a classe ficam enquadrados na referência 6; os da 4.^a classe ficam enquadrados na referência 3; os da 5.^a classe ficam enquadrados na referência 1.

Sala das Sessões, em 11.09.90.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Apoio:

Luciano Pizzatto, Algaci Túlio e Nelson Vasconcellos.

Emenda - Aprovada.

Projeto - Aprovado.

O Projeto irá à 4.^a Discussão.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 441/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 156/90), que fixam os níveis de vencimentos dos cargos em comissão da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL de Plenário. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 096/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA,

que autoriza a Comissão Executiva, mediante Decreto Legislativo, proceder alterações na remuneração dos servidores deste Poder, respeitadas as disposições constitucionais. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 157/88, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA, que institui nas Escolas Públicas Estaduais de 1.º Grau, o ensino obrigatório das disciplinas de História e Geografia do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., C.E., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 183/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que concede o Título de Cidadã Honorária do Paraná a Senhora NELY LÍDIA VALENTE DE ALMEIDA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 213/90, de autoria de Deputado NAMIR PIA-CENTINI, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS PERÍTOS OFICIAIS DO ESTADO DO PARANÁ, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 278/90, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que autoriza o Poder Executivo a atualizar o COLÉGIO CECÍLIA MEIRELES, de 2.^a Grau, sediando em Tupãssi, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 353/90, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de Utilidade Pública o CENTRO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO PARANÁ - CEXPAR, com sede e foro na cidade de Curitiba - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 401/90, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que denomina ULYSSES VIGANÓ a Rodovia que liga o Município de Marmeleiro a Campo-Erê-SC. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 418/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza o Poder Executivo a proceder estudos para a preservação do MUSEU DAVID CARNEIRO. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 421/90, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA, que declara de Utilidade Pública a ORGANIZAÇÃO FEMININA WIZO DO PARANÁ, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 427/90, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que dá nova denominação à ESCOLA BARÃO DO RIO BRANCO, em Pirai do Sul Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 428/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO PROCIRCULAÇÃO, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 429/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CAPEZAL, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 437/90, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor PAULO VIRIATO CORRÊA DA COSTA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 442/90, de autoria do Deputado RAUL LOPES, que reconhece como entidade de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ESTÉTICA E COSMETOLOGIA - APECO, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 455/90, e autoria da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO, que objetiva alterar, a partir de 1.º de setembro de 1990, a tabela de vencimento dos cargos efetivos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, instituída pela Lei n. 9126, de 26 de março de 1990, bem como dos salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho; conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 088/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a realização do plebiscito na área que especifica no Município de Campina Grande do Sul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de JARDIM PAULISTA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO.

Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 333/89, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PFIFFER, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

PROJETO DE LEI N° 333/89

COMISSÃO GERAL

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO ALÍRIO PFIFFER, com sede e foro nesta Capital.

Esta douta Comissão Geral, ao ser chamada a opinar, vem a se pronunciar FAVORAVELMENTE por entender que inexistem óbices de natureza legal e constitucional que venham a prejudicar o trâmite normal desta proposta pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Assim sendo, somos pela APROVAÇÃO da presente medida, nos termos em que se encontra.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LUCIANO PIZZATTO

Relator

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 011/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que altera a composição da Região Metropolitana de Curitiba, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 011/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, tem por finalidade alterar a composição da Região Metropolitana de Curitiba, conforme específica.

Sob o aspecto legal e constitucional não há óbice que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LUCIANO PIZZATTO

Relator

LIO, que inclui a categoria funcional de Museólogo, Padrão I, no plano de classificação de cargos do Estado do Paraná. Em REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 198/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, tem por finalidade incluir a categoria funcional de museólogo, Padrão I, no Plano de Classificação de Cargos do Estado do Paraná.

Sob o aspecto legal e constitucional, não há óbice que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos competentes deste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.09.90

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

LUCIANO PIZZATTO - Relator.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 201/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a Igreja Batista em Quatro Barras, com sede e foro no Município de Quatro Barras. Em REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 201/90

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Algaci Túlio, o plano de lei em tela visa declarar de Utilidade Pública a IGREJA BATISTA em Quatro Barras, com sede e foro no Município de Quatro Barras.

Esta douta Comissão Geral, ao ser chamada a opinar, vem a se pronunciar FAVORAVELMENTE pela presente medida por estar a mesma em conformidade com a LEI n° 6.515/74, que regula a matéria em questão em âmbito estadual.

Assim sendo, e nestas condições, inexistindo impedimento de natureza legal e estando a proposta dentro do âmbito de competência desta Casa de Leis, somos pela APROVAÇÃO do projeto de lei em questão.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.09.90

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

LUCIANO PIZZATTO - Relator.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 198/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO,

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 225/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Proprietários, Moradores e

Amigos dos Balneários de Grajaú e Leblon", com sede e foro no Município de Paranaguá. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 225/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Associação dos Proprietários, Moradores e Amigos dos Balneários de Grajaú e Leblon", com sede e foro no Município de Paranaguá.

Sob o aspecto legal e constitucional não há óbice que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos competentes deste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.09.90

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

LUCIANO PIZZATTO - Relator.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 389/90, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que cria "ad referendum" do resultado do Plebiscito, o Município de PITANGUEIRAS, com sede na localidade do mesmo nome, com território desmembrado do Município de Rolândia. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 389/90

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Homero Oguido, tem por finalidade criar, "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de PITANGUEIRAS, com sede na localidade do mesmo nome, com território desmembrado do Município de Rolândia.

Em análise da referida proposição, vê-se claramente tratar-se de justa medida, consubstanciada na vontade da comunidade interessada. Além do que, a matéria encontra-se em conformidade com os dispositivos legais vigentes.

Isto posto, opinamos favoravelmente pela APROVAÇÃO do referido projeto de lei. É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.09.90

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

LUCIANO PIZZATTO - Relator.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 400/90, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de Utilidade Pública a APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS de Coronel Vivida, com sede e foro no Município do Coronel Vivi-

da. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 400/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Lauro Alcantara, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS" de Coronel Vivida, com sede e foro no Município de Coronel Vivida.

Sob o aspecto legal e constitucional, não há óbice que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos competentes deste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.09.90

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

LUCIANO PIZZATTO - Relator.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 413/90, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que cria "ad-referendum" do resultado do plebiscito, o Município de ITACOLOMI, com território desmembrado do Município de Cambira. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 413/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade criar "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de ITACOLOMI, com território desmembrado do Município de Cambira.

Em análise da referida proposição vê-se claramente tratar-se de justa medida consubstanciada na vontade da comunidade interessada. Além do que, a matéria encontra-se em conformidade com os dispositivos legais e vigentes.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.09.90

(aa) PIRAJÁ FERREIRA - Presidente;

CAÍTO QUINTANA - Relator.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 433/90, de autoria do Deputado HERMAS BRANDAO, que altera disposições em Lei que criou a Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário (Lei n° 7567 de 08.01.82). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 433/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, tem por finalidade alterar disposições da lei que criou a Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário (Lei nº 7567, de 08.01.82).

Sob o aspecto legal e constitucional, não há óbice que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos competentes deste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.09.90

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

LUCIANO PIZZATTO - Relator.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 451/90, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que cria "ad-referendum" do resultado de plebiscito, o Município de PRADO FERREIRA, com sede na localidade do mesmo nome, território desmembrado do Município de Mirassella e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) O Projeto 439/90 foi retirado da Ordem do Dia, não foi votado nem em 1ª discussão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede.
O Projeto já foi retirado da Ordem do Dia.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI Nº 451/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Homero Oguido, tem por finalidade criar "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Prado Ferreira, com sede na localidade do mesmo nome, território desmembrado do Município de Mirassella e divisas que especifica.

Em análise da referida proposição, vê-se claramente tratar-se de justa medida, consubstanciada na vontade da comunidade interessada. Além do que, a matéria encontra-se em conformidade com os dispositivos legais vigentes.

Isto posto, opinamos favoravelmente pela APROVAÇÃO do referido projeto de Lei.
É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.09.90

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

LUCIANO PIZZATTO - Relator.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 084/90, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Rolândia, para que a população decida sobre a criação do Município de PI-

TANGUEIRAS. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 084/90

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria do Deputado Homero Oguido, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito na área que especifica para que a população decida sobre a criação do Município de PITANGUEIRAS.

O projeto em tela atende ao disposto no art. 19, § 1º, II, da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.09.90

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

LUCIANO PIZZATTO - Relator.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 091/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Rio Branco do Sul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de ITAPERUÇU. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO 091/90

PARECER:

O presente projeto de resolução, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito na área que especifica para que a população decida sobre a criação do Município de ITAPERUÇU.

O projeto em tela atende ao disposto no art. 19 § 1º, II, da Constituição Estadual, não existindo óbice da natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

LUCIANO PIZZATTO - Relator.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 101/90, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que autoriza a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Mirassella, para que a população decida sobre a criação do Município de PRADO FERREIRA. Aprovado.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 101/90

PARECER:

O presente projeto de resolução, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito na área que especifica para que a população decida sobre a criação do Município de PRADO FERREIRA.

O projeto em tela atende ao disposto no art. 19 § 1º, II, da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.09.90

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

LUCIANO PIZZATTO - Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 217/90, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que cria o Município de RIO BRANCO DO IVAÍ, com território desmembrado do Município de Grandes Rios, com divisas que especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 37, de 09.04.90).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 434/90, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que estabelece critérios para o recolhimento em Regime Simplificado de Pagamento de ICMS por estabelecimentos de microempresas e empresas de Pequeno Porte. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 94, de 20.08.90).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões. - Aprovado.

Fica, portanto, retirado da Ordem do Dia, por cinco (05) sessões, o Projeto de Lei n° 434/90.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 59/90, de autoria da COMISSÃO GERAL, que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de Colombo, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de GUA-

RAITUBA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 56, de 21.05.90).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 2198, de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2195, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2196, de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2200, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

A Mesa solicita aos Srs. Deputados Líderes de Bancadas, que ainda não indicaram os membros para a Comissão Parlamentar de Inquérito na Secretaria da Saúde, que o façam o mais urgente possível.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 441/90 e do Projeto de Resolução n° 96/90.

4ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 440/90.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 11/90, dos Projetos de Lei n°s 333/89, 198, 201, 225, 389, 400, 413, 433, e 451/90, e dos Projetos de Resolução n°s 84, 91 e 101/90.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 217/90 e do Projeto de Resolução n° 59/90.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 474/90.

Levanta-se a sessão.